

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

GABRIELA DOS SANTOS BERWANGER

**DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO:
Diferenças e divergências no debate marxista e outros desdobramentos**

Porto Alegre

2016

Gabriela dos Santos Berwanger

DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO:

Diferenças e divergências no debate marxista e outros desdobramentos

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de grau de licenciado.

Orientadora: Prof. Dra. Regina Weber

Gabriela dos Santos Berwanger

DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO:

Diferenças e divergências no debate marxista e outros desdobramentos

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de grau de licenciado.

Conceito final:

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof. Dra. Regina Weber – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Arthur Lima de Avila – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dra. Cláudia Mauch – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus professores do curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente à professora Regina Weber que me orientou por esse longo processo, por seus conselhos na elaboração deste estudo, por sua atenção, por sua indicação de fontes de pesquisa, e pelo grande conhecimento que me auxiliou a construir, ampliando meus conhecimentos sobre esse assunto. Agradeço ao professor Arthur Avila que me apresentou ao conteúdo a que se refere este trabalho na disciplina de História Moderna I, e com sua didática e domínio sobre o conteúdo me cativou e ajudou a despertar meu interesse para a temática aqui analisada.

Agradeço aos meus colegas, que me acompanharam e auxiliaram sempre que possível e necessário durante todos esses anos, e aos amigos que sempre se fizeram presentes. Agradeço, principalmente, o apoio da minha família, que sempre acreditou no meu potencial, e que sempre esteve ao meu lado durante o processo desse curso, e que me incentivaram ao longo dele, fossem por meios materiais ou por apoio emocional. Agradeço à minha avó Therezinha por todo o carinho e incentivo e reconhecimento de minhas conquistas. Por fim, agradeço a todos os professores do Departamento de História da UFRGS com os quais tive contato, e à banca examinadora pela oportunidade de aprendizado.

RESUMO

O tema deste Trabalho de Conclusão de curso gira em torno dos principais debates historiográficos acerca da transição do feudalismo para o capitalismo e do modo como os autores envolvidos do debate marxista avaliam o grau de influência de fatores internos e externos no desmantelamento e gênese dos modos de produção feudal e capitalista, respectivamente. Por debate marxista, refiro-me à série de debates que se deram na década de 1950 e seus desdobramentos, entre os quais estão incluídos os intelectuais Maurice Dobb e Paul Sweezy, em cujas teses focarei este trabalho, contrastando-as. Ambos os autores têm pontos em comum acordo, porém, ao mesmo tempo, divergências com relação à força do papel do comércio e das cidades e suas influências como fatores desagregadores do feudalismo, e como influenciadores da gênese do capitalismo. Este trabalho focará no debate que envolve pesquisadores marxistas, e nesse sentido, é este o viés interpretativo que usarei para obter aporte e sustento na compreensão dos autores estudados, e respaldo teórico no desenvolvimento deste trabalho. Além disso, serão apresentados outros desdobramentos das análises marxistas, por meio de debates que têm início já na década de 40, e que apresentam repercussões até os dias de hoje.

Para destacar a importância desse debate marxista, e, mais especificamente, da relevância de se abordar os fatores internos e externos aos modos de produção, retomarei as primeiras produções da historiografia marxista nos anos 40 e o debate na revista *Past and Present* nos anos de 1950, central para as discussões posteriores que se darão durante a segunda metade do século XX. Também acompanharei essas discussões posteriores dentro do que ficou conhecido como *Debate Brenner*, assim como alguns desdobramentos contemporâneos que demonstram que essa questão ainda é objeto de estudo e de discussão atualmente, o que justifica a importância do estudo da temática deste trabalho.

Palavras-chave: transição; debate; feudalismo; capitalismo.

ABSTRACT

The subject of this final course conclusion paper revolves around the main historiographical debates about the feudalism to capitalism transition and how the authors involved in the marxist debate evaluate the degree of influence of internal and external factors in dismantling and genesis of feudal and capitalist modes of production, respectively. By Marxist debate, I refer to the series of debates that occurred in the 1950s and its' developments, among which are included the intellectuals Maurice Dobb and Paul Sweezy, in which whose theses this work will be focused, contrasting both. Both authors have points in common agreement, but at the same time, differences regarding the influence of the role of commerce and cities and their influence as disruptive factors in feudalism, and in the genesis of capitalism. This work will focus on the debate involving marxist researchers, and in that sense, this is the interpretive bias that I will use to get input and support in understanding the studied authors and theoretical support in the development of this work. Besides, other developments of marxist analysis will be presented through debates that begin already in the 40s, and which still have repercussions nowadays.

To highlight the importance of this Marxist debate, and more specifically, the relevance of approaching the internal and external factors of production modes, the first productions of Marxist historiography in the 40s will be taken up and also the debate in Past and Present magazine in the 1950s, central to the subsequent discussions that were given during the second half of the twentieth century. These subsequent discussions will also be followed within what has been known as Brenner Debate, as well as some contemporary developments that show that this question is still an object of study and currently under discussion, which explains the importance of studying the theme of this work.

Key-words: transition; debate; feudalism; capitalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 CONTEXTO PRÉ-DEBATE.....	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA.....	16
4 DEBATE DOBB X SWEEZY.....	21
5 PÓS-DEBATE E DESDOBRAMENTOS.....	29
6 A QUESTÃO DA CHINA	36
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho é justificado pela importância de uma compreensão mais profunda acerca das visões de alguns autores com relação ao período no qual se deu a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa ocidental. Ao resgatar conceitos e realizar uma compilação das visões dos principais autores que contribuíram para o estudo dessa temática, é possível adotar uma perspectiva que permite um novo viés de análise acerca do tema que se propõe a estudar. O aprofundamento no assunto da transição do feudalismo para o capitalismo, que se dá no final da Idade Média e no início da Idade Moderna, assim como em suas principais características e fundamentos, permite uma maior compreensão com relação a seus imperativos¹. Afinal, de que modo os principais autores envolvidos no debate percebem esses detalhes e o poder de influência dos fatores pertencentes ou não aos próprios sistemas econômicos medievais em seus colapsos? O que diferencia cada um e quais suas especificidades? É o que pretendo responder neste trabalho.

É a partir do aprofundamento no debate que se refere a este processo que se deu neste período histórico que será possível, portanto, por meio de um referencial teórico marxista, compreender o modo como se organizam os sistemas econômicos e sociais ao longo da história, assim como suas contradições e condições de funcionamento. Dessa forma, será possível analisar, em maior grau, quais são, nas visões dos principais autores que estão inseridos nesse debate, os principais mecanismos que regem as sociedades e seus funcionamentos, especialmente no sentido econômico, assim como as divergências nas principais visões levadas em consideração na historiografia marxista, especialmente a partir da metade do século XX.

É por conta, portanto, de os parâmetros teórico-metodológicos nos quais o marxismo se pauta justificarem a existência do debate, que se fará uso desse norte teórico para obter suporte com relação a conceitos que se relacionam diretamente e baseiam a discussão e o

¹ Em *A Origem do Capitalismo*, publicado pela primeira vez no ano de 1999, Ellen Meiksins Wood cunha o termo “imperativos” para referir-se às leis internas de funcionamento do capitalismo, o que vai ao encontro dos parâmetros da teoria marxista com relação aos modos de produção, os quais seriam dotados de contradições e leis internas que os regem.

debate sobre a transição de um modo de produção para o outro. Tanto o próprio conceito de “modo de produção”, quanto os de “classes sociais”, “forças produtivas” e “capital”, e o fato de as transições de um modo de produção a outro ocorrerem, segundo os marxistas, por conta de fatores e contradições internas e aos próprios sistemas vigentes, a compreensão acerca de conceitos do materialismo histórico é fundamental para a sustentação de argumentos do debate colocados, principalmente, por autores como Maurice Dobb. Este autor, assim como muitos intelectuais que se envolveram nos debates, tem como base argumentativa e sustentação teórica os preceitos nos quais se baseia o materialismo histórico, e que influenciaram diretamente em suas posições, assim como no desenvolvimento de suas considerações acerca do assunto da transição. Portanto, é de grande importância retomar alguns conceitos e as linhas gerais nas quais o marxismo é pautado para que sejam compreendidos os rumos que esse debate tomou, e a influência da historiografia marxista no debate.

Assim, sua relevância reside na possibilidade de compreender, em maior grau, de que forma a historiografia marxista enxerga mecanismos que regem as sociedades e o funcionamento, especialmente no sentido econômico, do contexto de surgimento do capitalismo, que obrigatoriamente resulta em consequências no modo como se organiza o modo de produção vigente e dominante no mundo atual. Tratando-se de âmbito científico, pretende-se que esse estudo sirva como uma compilação dos principais autores envolvidos nessa temática, e que facilite o estudo acerca do debate da transição do feudalismo para o capitalismo, ao analisar brevemente o panorama do debate de uma temática tão complexa e permeada de detalhes no que tange aos imperativos de cada modo de produção, seja feudal ou capitalista, e ao modo como os principais autores envolvidos percebem e interpretam o grau de influência de fatores internos ou externos aos modos de produção. Por fatores externos entende-se o comércio e a ascensão das cidades, que não são características marcantes do modo de produção feudal, pois este é baseado na terra. Assim, será analisada a forma como cada autor dialoga com esses fatores e os situa como responsáveis pela transição.

As motivações pessoais para a escolha desse tema passam pelo grande interesse que me foi despertado acerca dessa temática durante o curso de história, quando esse debate foi abordado na disciplina de História Moderna I e tive a oportunidade de conhecer este tema.

Até então não tinha conhecimento de que essa transição e o modo como ela é percebida por historiadores era objeto de discussão tão disputado em âmbito acadêmico. Então, por conta do meu grande interesse em temáticas relacionadas à crise da Idade Média e ao início da Idade Moderna, decidi aprofundar-me no assunto da transição do feudalismo para o capitalismo, levando a cabo uma pesquisa com relação ao que considero como o principal debate sobre o tema.

A justificativa deste trabalho passa, portanto, pela importância de se encontrar respostas que atendam aos questionamentos que são feitos no que diz respeito à medida como fatores intrínsecos ou não aos modos de produção exercem suas influências e determinam os caminhos que cada sistema pode vir ou não a seguir, e de que forma os principais autores e estudiosos do tema posicionaram-se com relação a este aspecto específico da transição. Como objetivo secundário deste estudo, serão mencionadas as influências desse longo debate historiográfico que, apesar de ter seu apogeu na década de 1950, traz reverberações até o século XXI.

Em termos de delimitação temporal, o estudo está submetido às delimitações dos debates dos autores selecionados e suas repercussões, pois como se trata de uma análise historiográfica acerca do tema escolhido, serão levadas em conta as temporalidades dos principais debates analisados e seus desdobramentos, considerando-se a década de 40, principalmente, como pontapé inicial do debate central acerca do tema que se deu entre Maurice Dobb e Paul Sweezy a partir do ano de 1954, por conta da publicação de Dobb que se deu já no ano de 1946. É justamente essa publicação que acenderá o debate no qual este estudo é focado, e fornecerá material e base para os argumentos levantados nas discussões subsequentes que se darão na segunda metade do século XX como desdobramento do debate principal que tem origem nesta obra dos anos de 1940. É, aliás, nos anos de 1940 também que Christopher Hill publica seus estudos sobre a Revolução Inglesa, e é partir deste ponto de Maurice Dobb colocará sua perspectiva acerca da necessidade da definição da classe dominante nos séculos da transição antes de entender seu caráter. Também nos anos 40, o intelectual Joseph Needham contribuiu para a questão da transição, focando, porém no estudo da China feudal, desmistificando alguns aspectos acerca do oriente e colocando em dúvida as visões eurocentristas da história.

Tratando-se de uma outra linha de pensamento, Emmanuel Le Roy Ladurie e M.M. Postan², dois autores não marxistas, fazem questão de focar na influência das flutuações demográficas, por meio de uma abordagem considerada Neomalthusiana. Essa abordagem, de acordo com Mariutti, teria uma raiz em comum com a Perspectiva Mercantil, a qual o autor faz questão de criticar. Para o economista brasileiro Mariutti³, tanto a primeira quanto a segunda perspectivas dão margem a uma interpretação na qual os alicerces das mudanças que ocorrem no comércio estão fundados no funcionamento da lei da oferta e da procura e em uma interpretação de alterações que teriam influências na transição como sendo quantitativas e não qualitativas, ao contrário do que defende Brenner. E é exatamente nesse ponto que Brenner tece sua crítica a esta outra linha de pensamento por meio de artigos publicados a partir de 1976 na revista britânica *Past and Present*, fundada no ano de 1952. Brenner foi, de fato, criticado por esses dois autores em meio ao debate dos anos 70.

Entretanto, a crítica de Emmanuel Le Roy Ladurie a esse autor é no sentido de que Robert Brenner equivale a classe dominante à classe que extrai o excedente, o que é rebatido por Brenner através do conceito, segundo Wood, de “propriedade politicamente constituída”⁴ demonstrando que, tratando-se do feudalismo, é perfeitamente aceitável a afirmação de que o poder político exercido pelos senhores feudais e a economia, baseada na extração do excedente por parte também desses senhores, andam juntas e se interrelacionam na organização das classes dominantes e da sociedade feudal em geral. É importante, dessa forma, destacar essas questões específicas do debate como fundamentais para sua real compreensão, e nesse sentido este estudo é focado especialmente no debate da transição na Europa ocidental entre os autores citados.

Contudo, debates subsequentes que se deram como desdobramentos do debate considerado como inicial (1954) poderão ser abordados separadamente, em suas devidas

² LADURIE; POSTAN, apud MARIUTTI, E. B. **A transição do feudalismo ao capitalismo**: Um balanço do debate. 1999. Dissertação (Mestrado de Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999.

³ MARIUTTI, E. B. **A transição do feudalismo ao capitalismo**: Um balanço do debate. 1999. Dissertação (Mestrado de Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999, p. 71.

⁴ WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 56.

temporalidades. Ao focar em um ponto específico, que foi um dos grandes motivos de discórdia entre Dobb e Sweezy – o grau de influência das cidades e do comércio de longa distância na transição de um modo de produção para o outro - do debate historiográfico que se situa na década de 1950, é possível fazer um recorte temporal no tema, e ao mesmo tempo situar os autores que serão analisados com maior ênfase. Deste modo, por meio de um enfoque no ponto específico das divergências e diferenças acerca do grau de influência de fatores internos e externos no desmantelamento do feudalismo e no surgimento do capitalismo na visão de autores autodenominados marxistas, pretende-se nesta releitura analítica resgatar alguns pontos importantes do debate dos anos 50 sobre a transição do modo de produção e, como consequência secundária do estudo, melhor compreender o campo historiográfico acerca da transição, e a importância das contribuições, especialmente, de autores marxistas.

Ao mesmo tempo, um dos objetivos desta pesquisa é proporcionar um viés específico de análise, concentrando este trabalho no modo como cada autor específico desse debate historiográfico entende e interpreta o papel de imperativos internos de cada sistema, à luz de um embasamento marxista para justificar o posicionamento teórico, construindo suas versões e diferentes interpretações no que tange à transição desses modos de produção.

Este estudo tem como principais objetivos responder a questões que se relacionam com o modo como cada autor analisado nesse debate se posiciona com relação ao grau de influência que fatores externos exercem no desmantelamento do feudalismo e em sua transição para o que viria a ser o sistema capitalista. O porquê da escolha dessa questão para nortear o estudo se dá por conta de terem sido detectadas divergências no debate acerca dessa questão, e o seu conhecimento é necessário para que sejam entendidas as forças que regem um modo de produção, seja ele o feudalismo ou o capitalismo, esse que teve seu surgimento no início da Idade Moderna e se prolonga até os dias em que vivemos hoje.

Assim, não restam dúvidas com relação à relevância do estudo desse debate, já que um dos seus objetos de estudo - o capitalismo - rege nossa sociedade e se reinventa, apesar das crises, até os dias de hoje. Analisa-se, portanto, os pontos centrais das leis que regem os modos de produção, para que esses estudos possam, além de esclarecer questões sobre os processos históricos, fornecer instrumentalização para que possamos melhor compreender o

mundo no qual nos inserimos hoje, e como intelectuais, especialmente marxistas, se posicionam com relação à última transição de modo de produção pela qual o mundo passou.

2 CONTEXTO PRÉ-DEBATE

Neste trabalho estão sob análise debates que ultrapassam os limites de um quadro teórico específico. Afinal, a temática da transição do feudalismo para o capitalismo vem sendo analisada por estudiosos há séculos, e vai além da década de 1970. Ainda que o centro do debate gire em torno de autores marxistas, este estudo não se restringe especificamente a autores alinhados ao materialismo histórico, principalmente no que tange aos debates subsequentes ao debate dos anos 50, nos quais vários vieses de análises foram levados em consideração. O objetivo deste capítulo, portanto, é recapitular brevemente algumas das obras anteriores ao debate e suas influências para a discussão da temática da transição.

O que justifica o suporte teórico no materialismo histórico, contudo, é o fato de que, a teoria marxista servirá de base para acender o debate nos próximos anos nos quais este trabalho se foca, a década de 50. Ademais, o materialismo histórico permeia grande parte das discussões que se deram sobre o tema, e serve, também, como instrumento teórico para a compreensão de conceitos e visões defendidas por autores ligados a esses debates. Esse viés interpretativo dominará, portanto, o assunto da transição durante quase todo o século XX.

Ainda no século XIX, Karl Marx⁵ escreveu sobre transição do feudalismo para o capitalismo e serve até os dias de hoje como referência nos estudos da transição. Na interpretação de Marx da transição, é fundamental ressaltar suas considerações no que se refere à transformação da riqueza em capital. Na concepção marxista, a passagem do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista se dá pela transformação das relações de produção, as quais passam a ter como base a contradição entre capital e trabalho. Essa teorização dará base, posteriormente, para a discussão entre Dobb e Sweezy acerca dos elementos responsáveis pela transição.

Tratando-se de uma perspectiva liberal que, de acordo com Wood⁶, pode ser encontrada já nas teorizações de iluministas como Adam Smith acerca da natureza humana que seria predisposta à permutação de mercadorias, encontramos as raízes fundamentais do

⁵ MARX, K. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 2.

⁶ WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 21.

Modelo Mercantil⁷ no qual alguns dos autores envolvidos no debate mais amplo e em seus desdobramentos encaixam-se. Supondo que as práticas comerciais são naturais ao ser humano, o feudalismo teria sido um empecilho ao livre comércio e, portanto, o surgimento das cidades teria sido um fator decisivo para “[...] libertar de uma vez por todas [as cidades] dos grilhões das antigas restrições culturais e do parasitismo político”⁸, associando as cidades ao capitalismo.

Essa será, portanto, uma das visões com maior influência no debate, com relação à força do comércio e das cidades na transição, fato que será objeto de intensa discussão no debate marxista. Já na primeira metade do século XX, partir de 1940, segundo Mariutti⁹, começam a surgir divergências acerca de um fator fundamental para a discussão: o caráter da Revolução de 1640 na Inglaterra, com a obra do marxista inglês Christopher Hill, *The English Revolution? 1640*. Logicamente, para que a Revolução Inglesa fosse considerada burguesa, deveria haver consenso acerca do caráter do Estado e da classe dominante anterior à revolução. Afinal, fossem as classes dominantes e o Estado burgueses, não haveria a necessidade de uma revolução com tal caráter que colocasse a burguesia no poder - hipótese que Christopher Hill reafirmará, mantendo sua posição acerca da Revolução Inglesa, com sua publicação *Uma Revolução burguesa?*, na década de 80¹⁰.

É nesse sentido, portanto, que Dobb¹¹ – também pertencente a essa geração de marxistas britânicos – leva adiante sua obra *Studies in the Development of Capitalism*, publicada em 1946, que virá a tornar-se referência e a origem principal do debate no qual este estudo é focado, posicionando-se no sentido de afirmar que para que o caráter da Revolução

⁷ Na obra *A Origem do Capitalismo*, Ellen Wood descreve o Modelo Mercantil como uma narrativa que pressupõe que o capitalismo tenha se desenvolvido em função da retirada de restrições da economia feudal para que o próximo modo de produção pudesse se estabelecer. Segundo essa perspectiva, a diferença entre a produção feudal e a capitalista seria meramente quantitativa, de forma que a primeira não se diferenciaria da exploração da mais-valia, característica do sistema capitalista.

⁸ WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 22.

⁹ MARIUTTI, E. B. **A transição do feudalismo ao capitalismo: Um balanço do debate**. 1999. Dissertação (Mestrado de Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999.

¹⁰ HILL, C. Uma revolução burguesa? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 7, 1984, p. 7-32.

¹¹ DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

fosse definido, seria preciso saber primeiramente qual o modo de produção vigente anterior a ela e qual era a classe que se encontrava no poder. A partir desse momento, então, a posição de Maurice Dobb será forte o suficiente para dar início a um intenso debate que se inicia no ano de 1954, em que, para Eduardo Barros Mariutti, o próprio marxismo e seus preceitos teóricos-metodológicos estariam em discussão entre os adeptos da teoria.

As questões discutidas neste debate não ficaram restritas apenas à questão da transição: reflexões metodológicas importantes vieram à tona, a própria obra de Marx foi discutida. Desta forma, a polêmica Dobb-Sweezy envolveu aspectos teórico-metodológicos fundamentais do marxismo¹². Assim, Dobb alinha-se, em geral, aos preceitos metodológicos do marxismo, e também ao posicionamento de Christopher Hill, e entende que a possibilidade mais factível é a de que nesses dois séculos que muitos autores tendem a deixar em suspenso, o Estado, ainda poderia ser considerado feudal apesar de em altíssimo grau de desintegração. Paul Sweezy, norte-americano ligado à Universidade de Harvard e um dos fundadores do periódico socialista *Monthly Review* no final da década de 1940, envolve-se no debate e defende a existência de um sistema transitório pré-capitalista, sofrendo críticas por parte da comunidade intelectual marxista, e caindo, em alguns sentidos, em descrédito por conta de sua teoria.

Por outro lado, é importante destacar que essa discussão tem um fundo político. Por trás da temática da transição de um modo de produção para o outro, havia o interesse por parte dos envolvidos no debate em compreender o assunto para que se entendesse de que forma seria viável uma transição do capitalismo para um modo de produção posterior: segundo a teoria marxista, o comunismo. O próprio Maurice Dobb, além de ter em seu histórico uma forte relação com a revista marxista *Past and Present* e com a Universidade de Cambridge, também era filiado desde jovem ao Partido Comunista Inglês e fazia parte do movimento estudantil pró-comunismo na Inglaterra, o que explica seu interesse pela possibilidade de que o próprio capitalismo viesse a passar por uma transição no futuro. Assim, o debate marxista analisado tem como uma de suas motivações o entendimento acerca dos

¹² MARIUTTI, E. B. **A transição do feudalismo ao capitalismo**: Um balanço do debate. 1999. Dissertação (Mestrado de Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999. p. 5.

imperativos dos modos de produção e suas contradições para que os estudiosos pudessem instruir-se para o caminho de uma possível revolução.

Dessa forma, o debate geral acerca da transição não é apenas complexo, mas longo, na medida em que envolve discordâncias dos preceitos teóricos do próprio marxismo, e se estende por várias décadas, tornando-se uma briga de ego entre intelectuais que tinham suas versões em disputa para a consolidação de suas teses e de suas carreiras no campo acadêmico. Passando desde marxistas britânicos até neomalthusianos e liberais dos anos 70 durante o debate Brenner, a série de debates acerca da transição será analisada neste estudo em maior foco no debate Dobb versus Sweezy que se deu nos anos de 1950. Afinal, é na discordância principalmente entre esses dois autores onde reside o ponto de discussão do grau de influência dos agentes externos e internos no desmantelamento do modo de produção feudal, e do surgimento do capitalismo, e é nesse sentido que pretendo seguir minha pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

Como esta pesquisa trata-se do estudo de uma revisão bibliográfica acerca do debate historiográfico e do modo como autores percebem a transição do feudalismo para o capitalismo, e não de um estudo diretamente sobre o tema, o marco teórico será delimitado, em termos gerais, pelas posições dos autores estudados. Entretanto, usarei conceitos do materialismo histórico-dialético como suporte para a compreensão de alguns aspectos acerca do debate e da transição, como “modo de produção”¹³, o qual depende das relações sociais estabelecidas, “classe social”, o agrupamento de agentes sociais que ocupam situações econômicas similares dentro do modo de produção, “exploração” com a qual as classes dominantes extrairiam seus excedentes, e “meio de produção”¹⁴, elementos materiais que possibilitariam a transformação da natureza.

Por conta, portanto, de boa parte dos estudiosos envolvidos nesse debate usarem como aporte teórico o marxismo para nortear suas pesquisas, argumentos e teses, no geral minha pesquisa está delimitada por essas escolhas teóricas dos autores analisados, de forma que esses conceitos citados servem como instrumentos para facilitar a compreensão das linhas de raciocínio desses autores, que em grande parte seguem uma linha marxista.

O próprio Karl Marx já deixou evidente seu pensamento acerca dos modos de produção em *O Capital*¹⁵, onde defende que a forma como se explora uma classe está diretamente relacionada ao modo de produção, e isto certamente pode ser aplicado ao feudalismo, o que justifica sua importância como leitura como base teórica sobre o assunto estudado. Conceitos marxistas como “capital” e “modo de produção” são fundamentais para a discussão, assim como o entendimento do próprio Marx acerca da transição de um modo de produção para o outro. Para Marx, o conceito de capital relaciona-se com o dinheiro como processo:

¹³ MARX, K. **Prefácio à Crítica da economia política**. In. MARX, K. ENGELS F. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Id. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 2. p. 274.

Ele provém da circulação, entra novamente nela, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentado dela e recomeça o mesmo ciclo sempre de novo. D — D', dinheiro que gera dinheiro — money which begets money —, diz a descrição do capital na boca dos seus primeiros tradutores, os mercantilistas.¹⁶

É esse capital que, deverá ser reinvestido e que consiste, a grosso modo, em um dos elementos tidos como constituintes da contradição-base do capitalismo, sendo diferente, portanto, do conceito de riqueza meramente cumulativa em termos quantitativos. Ou seja, no contexto da interpretação marxista da transição, o acúmulo de riqueza mercantil decorrente de um aumento no volume das transações comerciais e da produção não seria suficiente por si só para sua transformação em capital, já que para tal transformação seria necessário que os elementos que constituem a contradição-base do capitalismo se estabelecessem, resultando na venda da força de trabalho como um produto por si só. Em outras palavras, para Marx, não bastava o acúmulo prévio para que as riquezas geradas pelo comércio se transformassem em capital: era necessário que o trabalho fosse empregado como um valor de troca, visando a valorização do próprio capital, ao contrário do que visava a produção feudal. É justamente nesse ponto que considero que a interpretação da transição segundo os preceitos marxistas serve como maior contribuição e base para o debate que se dará nos anos 50, e que pode ameaçar a credibilidade da tese de Sweezy entre os marxistas.

De fato, se seguirmos na linha do materialismo histórico, é possível perceber que no que tange aos fatores que vêm a originar o capitalismo, há um descompasso entre a compreensão de Sweezy e a teoria. Para este autor estadunidense, além de o comércio de longa distância ser um dos elementos responsáveis pelo desmantelamento do feudalismo e pelo surgimento do capitalismo, em seu entender, não há diferença qualitativa entre a produção feudal de mercadorias e a produção capitalista, o que vai exatamente no sentido oposto da interpretação marxista da transição.

A formação original do capital não ocorre, como tantas vezes foi suposto, pela acumulação de alimentos, instrumentos, matérias primas ou, em resumo, de condições objetivas de trabalho separadas do solo e já fundidas ao trabalho humano. Não em virtude do capital criar as condições objetivas de trabalho. Sua formação original ocorre, simplesmente, porque o processo de dissolução de um velho modo de produção permite que o valor, existente como riqueza monetária, adquira, de um

¹⁶ Ibid., p. 274.

lado, as condições objetivas de trabalho para, do outro lado, trocar o trabalho vivo dos trabalhadores, agora livres, por dinheiro. Todos esses elementos já existem. O que os separa é um processo histórico, um processo de dissolução e é este que possibilita ao dinheiro transformar-se em capital.¹⁷

Nesse sentido, o marxismo e seus conceitos servem como base teórica para o debate acerca da transição que se deu a partir de 1954, e para boa parte das argumentações que se seguem ao longo da segunda metade do século XX. Autores como Jorge Nóvoa¹⁸ vêem o marxismo como redefinidor dos paradigmas historiográficos. Claudio Katz, com *Karl Marx on the transition from feudalism to capitalism*¹⁹, faz um apanhado das principais ideias de Marx acerca da transição e do modo como elas podem ser aplicadas como nesses estudos. Giuliano Procacci²⁰ havia inclusive criticado Sweezy na década de 50 por ir deveras além da teoria marxista para justificar seus argumentos. Em outras palavras, já foram realizadas obras no sentido de compilar alguns aspectos dessas discussões sobre o assunto. Entretanto, acredito que ainda se faz necessário levar adiante um estudo separado e direcionado especificamente à questão do modo como os principais autores envolvidos no debate marxista dos anos 50 entendem o grau de influência de cada uma das variáveis internas e externas na transição de um modo de produção para o outro.

É a partir do suporte em um marco teórico que adota um viés marxista, que norteia-se esse estudo no sentido do rigor teórico-metodológico. Dentre as possibilidades de análise, acredita-se ser esta a mais adequada, na medida em que permite adotar um viés macro-histórico²¹, e cujo suporte teórico fornece respaldo para que as questões levantadas nos estudos sobre a transição sejam respondidas. O estudo dessas estruturas demanda uma perspectiva teórica que possibilite a compreensão de um panorama abrangente, no que tange

¹⁷ MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 103.

¹⁸ NÓVOA, J. **Marx, Weber, Hobsbawm e a Reconstrução do Paradigma da História**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m5c3.pdf>

¹⁹ KATZ, C. **Karl Marx on the transition from feudalism to capitalism**. Theory and Society. No 22: Chicago, 1993.

²⁰ PROCACCI, G. Uma Sinopse do Debate. In: SWEEZY, Paul et al. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p 130.

²¹ REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

às contradições internas tanto do modo de produção feudal, quanto do modo de produção capitalista, e seus conhecidos efeitos na história e economia mundial.

Autores que comentam o marxismo, como Guy Bourdé e Hervé Martin²², definem alguns conceitos do materialismo histórico. Para ambos, as relações de produção podem ser consideradas como “[...] as relações sociais que os homens estabelecem entre si a fim de produzirem e de dividirem entre si os bens e os serviços”²³. Dessa forma, é possível compreender de forma mais adequada o modo como Marx define os modos de produção, entre eles o feudal. Para Marx, cada modo de produção é definido, em última análise, pelas relações de produção que são estabelecidas em cada um deles. É possível afirmar, portanto, que o modo de produção feudal é definido pela relação de servidão que se coloca nas sociedades medievais ocidentais. Tratando-se especificamente da questão do conceito dos modos de produção, Bourdé e Hervé entendem que as classes dominantes de cada modo de produção exercem seu poder por meio da exploração do sobretrabalho, sendo que, no caso do feudalismo, esta se daria por meio da prestação de serviços do servo para com o senhor.

Dentro da perspectiva do materialismo histórico, cada modo de produção põe em presença uma classe dominante, que possui o instrumento de produção e confisca uma fracção do trabalho de outrem, e uma classe dominada que só tem a sua força de trabalho e só dispõe de uma parte do valor produzido. A extorsão do sobretrabalho toma formas diversas: trabalho forçado do escravo no modo de produção antigo; prestação de serviços do servo no modo de produção feudal; mais-valia roubada ao assalariado no modo de produção capitalista. É por isso que cada modo de produção contém em si uma contradição de interesses e faz nascer um antagonismo de classes.²⁴

É por meio dessa definição do conceito de modo de produção que os autores citados lêem em Marx, portanto, que esse estudo acompanhará os autores. Dessa forma, a ideia de um estudo de detalhes que são objeto de discussão no debate historiográfico acerca da transição do feudalismo para o capitalismo, serão analisadas principalmente sob a ótica de conceitos marxistas, pois dialogam diretamente com a ideia de sistemas e modos de produção com suas

²² BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As Escolas Históricas**. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1990.

²³ Ibid., p. 154.

²⁴ BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As Escolas Históricas**. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1990. p. 160.

próprias leis de funcionamento e contradições internas, que encontram sustentação nessa teoria e são, em grande parte, utilizadas e delimitadas pelos autores envolvidos no debate em suas análises.

Por fim, a metodologia consistiu em resgatar primeiramente uma seleção de textos que tocam na questão desse longo debate, e comparar divergências nas posições de autores acerca do ponto específico já salientado, e no modo como cada autor considerado marxista dialoga com a teoria a partir de suas perspectivas dentro desse tema, assim como o diálogo com a literatura que trata do tema do debate.

Deste modo, usarei como fontes principais deste trabalho os próprios livros e artigos escritos sobre o tema estudado. Entre eles, destaco as obras de Karl Marx *O Capital*²⁵ e *Prefácio à Crítica da Economia Política*²⁶, como suporte teórico para melhor compreender os debates historiográficos que se deram baseados no materialismo histórico. Com relação ao debate especificamente, é importante citar as contribuições de Maurice Dobb e Paul Sweezy, entre os quais se dá o debate no qual focarei. Com relação a fontes sobre a historiografia posterior ao debate e suas releituras, darei ênfase principalmente às obras de Eduardo Mariutti²⁷ e Ellen Wood²⁸ e outros comentadores.

²⁵ MARX, K. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 2.

²⁶ MARX, K. **Prefácio à Crítica da economia política**. In. MARX, K. ENGELS F. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

²⁷ MARIUTTI, E. B. **A transição do feudalismo ao capitalismo**: Um balanço do debate. 1999. Dissertação (Mestrado de Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999.

²⁸ WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

4 O DEBATE DOBB X SWEEZY

Uma das hipóteses acerca do poder de influência dos fatores externos no capitalismo, e que é defendida por Sweezy²⁹, é a hipótese na qual o comércio teria sido fator central e crucial na desestabilização do feudalismo, na medida em que o aumento das transações de mercadorias e o dinamismo econômico teriam resultado em uma maior especialização do trabalho e, conseqüentemente, em uma maior acumulação de capital, transformando a sociedade. Os maiores volumes de mercadorias comercializadas teriam mudado o modo como a nobreza percebia a riqueza na época, resultando em um impulso e maior interesse em acumulação de capital. Assim, para Sweezy³⁰, influenciado por Henri Pirenne, a hipótese mais coerente acerca da desestruturação do feudalismo passa pelo aumento do volume de transações comerciais que, ao longo do tempo, expandiram-se também territorialmente.

O que este trabalho pretende demonstrar, porém, é que nesse debate as posições foram praticamente unânimes ao afirmar o contrário, e esta posição tem prevalecido em interpretações mais recentes, que direta ou indiretamente tratam do tema da transição. Partindo do pressuposto marxista de que tanto os modos de produção do feudalismo e do capitalismo têm suas próprias leis de funcionamento e contradições internas, aponta-se neste estudo que a maioria dos historiadores envolvidos nesse debate sustentam a hipótese de que, o feudalismo, na verdade, passou pelo seu desmantelamento em função de aspectos internos e intrínsecos ao funcionamento do próprio sistema. Deste modo, teria tornado-se insustentável por influência, como defende Sweezy, de questões externas, mas tendo suas bases ruídas, no entanto, fundamentalmente por questões internas.

Ou seja, ao contrário do que afirma Sweezy, na leitura de Mariutti³¹ de que, sem que houvesse a influência de fatores considerados externos ao sistema, o modo de produção feudal acabaria por se reproduzir, esse estudo tem como objetivo demonstrar que, para a

²⁹ SWEEZY, P. Critique of Dobb. In: SWEEZY, Paul et al. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

³⁰ Ibid.

³¹ MARIUTTI, E. B. **A transição do feudalismo ao capitalismo: Um balanço do debate**. 1999. Dissertação (Mestrado de Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999.

maioria dos autores, por mais que o comércio de longa distância fosse significativo no contexto do desmantelamento do feudalismo, não seria suficiente para impactar a estrutura social e o modo de produção a ponto de causar seu desmantelamento e alteração significativa na organização das classes sociais pois, de acordo com Maurice Dobb³², o comércio se dava com o excedente do que era produzido, já que o produtor direto tinha a posse dos meios de produção, o que fazia com que a economia feudal não fosse influenciada com tanta força pelo comércio a ponto de poder desestruturar todo um sistema que era baseado justamente na terra.

Em outras palavras, por conta de o produtor ter a posse dos meios de produção que lhes eram necessários para sua reprodução enquanto classe social e sua própria subsistência, o comércio – que era feito com o excedente da produção – não teria força suficiente para alterar a estrutura social e causar o colapso do feudalismo, pois não atingia diretamente os mecanismos que regiam a estrutura de classes nesse sistema. Por conta disso, como a análise gira em torno principalmente de autores envolvidos em um debate marxista, não exporei aqui aspectos relativos a outros vieses teóricos e interpretativos, exceto como contraponto aos principais autores marxistas estudados.

Desse modo, o objetivo principal desta análise é centrar-se em um aspecto específico do debate historiográfico acerca da transição do feudalismo para o capitalismo, o detalhe a partir do qual os principais debatedores sobre o assunto da transição nos anos 50 começam a encontrar divergências e a elaborar hipóteses opostas com relação ao assunto, demonstrando que a posição mais aceita entre os principais estudiosos do período é de que as próprias contradições internas do sistema foram responsáveis pelo seu declínio, encontrando respaldo no materialismo histórico.

O que é importante para se levar em consideração com relação às divergências desses dois autores é baseado, também, na definição que cada um atribui a certos conceitos-chave. Em *A Evolução do Capitalismo*, Maurice Dobb levanta a discussão em torno do significado do termo feudalismo, segundo o qual haveria mais de uma concepção acerca do que é o feudalismo. Para Dobb³³, o feudalismo é definido como tal não em função necessariamente de

³² DOBB, M. *A Evolução do Capitalismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

³³ *Ibid.*, p. 52.

uma organização jurídica que regula a relação senhor-vassalo, e sim no modo como essa relação se estabelece.

Em outras palavras, a concepção de Maurice Dobb acerca do que é, de fato, feudalismo, não passa, como defendem outros autores, pela relação vassálica ou por uma definição de economia natural³⁴, estranha a um grande volume de trocas comerciais e monetárias. Para o intelectual, a definição de feudalismo se iguala à definição de servidão, em função de ser uma relação característica deste modo de produção. Diferentemente da escravidão e do trabalho livre, nesse caso, o produtor direto detém as condições materiais para a sua subsistência e a sua reprodução como classe social e também do sistema, atuando como produtor independente. Já para Sweezy, segundo Lazagna³⁵, o conceito de feudalismo está diretamente ligado a uma economia de valores de uso, e seria esse o aspecto fundamental que diferenciaria um modo de produção do outro.

O que complexifica ainda mais a discussão, porém, como sabemos, é a questão que diz respeito a todo um processo que, para este autor, acontece simultaneamente ao desmantelamento do feudalismo: o aumento quantitativo das transações comerciais e o crescimento das cidades. De fato, segundo Mariutti³⁶, Dobb entende que a existência das cidades era uma opção atraente que aumentava as chances de fuga de servos que eram superexplorados em função do declínio dos rendimentos dos senhores, que encontraram na intensificação da exploração uma forma de recuperar o fluxo de renda e garantir sua reprodução como classe dominante da sociedade. Realmente, é possível que esses esforços por parte dos senhores no sentido de não abrir mão de seus privilégios e altos rendimentos tenham pressionado ainda mais os servos remanescentes e colocado a nobreza em uma situação de declínio inevitável em função da necessidade de um reinvestimento dos rendimentos na coação militar, já que o poder de barganha dos servos aumentava e demandava, cada vez mais, maiores concessões para que estes não migrassem, em massa, para as cidades, ou o uso da força para mantê-los no campo.

³⁴ Ibid., p. 53.

³⁵ MARIUTTI, 2004 apud LAZAGNA, A. Resenha de Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n. 20. 2005. p. 182-185.

³⁶ MARIUTTI, E. B. **A transição do feudalismo ao capitalismo**: Um balanço do debate. 1999. Dissertação (Mestrado de Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999. p. 21.

O que, contudo, Dobb, na visão de Mariutti³⁷, chama a atenção, é que o fato de este processo, juntamente com o aumento das transações comerciais e a monetarização na forma de pagamento dos arrendamentos ocorrer simultaneamente ao processo de desmantelamento do feudalismo, não necessariamente significa que seja essa a força motriz que produz a revolução social. Especialmente se levada à luz do materialismo histórico, esse tipo de interpretação, de fato, não entra em acordo com a ideia marxista de que um modo de produção encontraria em suas próprias bases e leis internas os fatores que levam ao seu declínio. Resumindo, a alteração nos volumes comerciais, apesar de significativa e inegável, de forma alguma poderia ser retratada como fator decisivo nessa transição. O que se tem, na verdade, então, é uma situação de superexploração da classe servil por parte dos senhores feudais que, em dado momento, não mais se sustentava e não mais permitia a reprodução dessas classes sociais como tais. Em outras palavras, o ponto central para Maurice Dobb - e nesse sentido este autor novamente alinha-se a Marx - é a questão do acirramento da luta de classes entre servos e senhores feudais, que foi levada ao extremo por conta da situação de superexploração da classe servil pela classe dominante. Sweezy, em contraste, entende que o problema refere-se, na verdade, à falta de capacidade dessa classe senhorial em continuar a explorar a população servil:

A teoria de Dobb sustenta que o declínio do feudalismo europeu ocidental se deveu à superexploração da força de trabalho da sociedade pela classe dominante. Se a argumentação que sustentamos nesse capítulo for correta, parece-me que seria mais certo dizer que o declínio do feudalismo europeu ocidental decorreu da incapacidade da classe dominante para manter o controle sobre a força de trabalho da sociedade e, em decorrência, para superexplorá-la.³⁸

Ou seja, Sweezy³⁹ menciona que impossibilidade de que a superexploração continuasse sendo levada a cabo por parte dos senhores feudais tem sua importância no declínio do modo de produção feudal. Mas então onde se centra a divergência que alimenta o restante do debate? O fato é que, por mais que tanto Sweezy quanto Dobb vejam grande importância na questão da exploração, ambos começam a divergir a partir do momento em

³⁷ Ibid., p. 23.

³⁸ SWEEZY, P. Uma Crítica. In: SWEEZY, Paul et al. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 46.

³⁹ Ibid., p. 40.

que Sweezy inverte o sentido da superexploração, defendendo que a ascensão de centros urbanos na Europa ocidental serviu como uma alternativa muito visada pela população servil em função de oferecer possibilidades de melhoria de vida, já que a exploração no campo atingira níveis que chegava a impossibilitar o acesso dos servos a recursos mínimos necessários para sua subsistência.

Para Paul Sweezy⁴⁰, portanto, tendo as cidades em vista, o poder de barganha dos servos para com os senhores aumentou, o que levou a um afrouxamento dos laços e da coerção por conta da possibilidade de deserções em massa. Fizessem uso da força militar, ou diminuíssem a exploração sobre os servos, de qualquer forma os senhores feudais teriam seus rendimentos afetados negativamente. Mesmo que reinvestissem seus recursos para intensificar a exploração servil, esses recursos se revelariam improdutivos diretamente, de forma que a classe dominante encontrava-se em um caminho sem saída. Como então garantir sua reprodução social e seus rendimentos? Seria necessário um aprimoramento das formas de coerção e de extração de excedente. Entretanto, Mariutti⁴¹ entende que Dobb assinala que a necessidade de rendimentos por parte da nobreza aumentava de forma muito mais acelerada que suas fontes de renda eram capazes de suprir, fazendo com que crises crônicas dominassem o cenário do fim da Idade Média. A impossibilidade de sustentar essa forma de extração de excedente teria afrouxado a coerção jurídico-política a ponto de culminar no trabalho livre assalariado, similar ao que já ocorria nas cidades.

De fato, no que se refere ao poder de influência das cidades na transição, é importante salientar que essa ascensão dos centros urbanos ocorreu simultaneamente ao desmantelamento do feudalismo. Mas isso não significa, no entanto, na visão de Dobb e de outros marxistas, que esses fatores tenham desenvolvido uma relação de causa/consequência. Para este último, as cidades e o comércio são de extrema importância em sua interpretação, mas para este autor faz mais sentido afirmar que a necessidade de rendimentos da nobreza que resultou na superexploração da classe servil tem um papel muito mais vital do que o aumento quantitativo da circulação de mercadorias e a ascensão de centros urbanos que competiriam com o campo.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ MARIUTTI, E. B. **A transição do feudalismo ao capitalismo**: Um balanço do debate. 1999. Dissertação (Mestrado de Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999.

adotado por Dobb no debate, pois afirma que este autor teria uma abordagem dualística⁴⁵, na qual situaria as cidades e o comércio como internos e externos ao mesmo tempo. Entretanto John Merrington coloca o que chama de “capital mercantil” como um fator dotado de um papel apenas preparatório para o capitalismo, na medida em que não tem capacidade auto-reprodutora: “O capital mercantil pode apenas redistribuir mais-valia mediante lucros inesperados: daí seu papel-chave na acumulação original de capital. Ele não pode, porém, ser uma fonte de acumulação de capital permanente e auto-reprodutora.”⁴⁶

Em suma, o que Merrington dá a entender é que o comércio tem papel fundamental na transição, porém por conta de não ter capacidade de se auto-reproduzir, é situado como um elemento que prepara o terreno para o capitalismo, de forma que o que considera como “capital mercantil” tem papel fundamental na transição do modo de produção feudal para o capitalista.

Outro autor que também contribuiu para o debate, e que faz críticas à Sweezy com relação a seus preceitos teóricos é Kohachiro Takahashi.

Sweezy não considera o colapso de uma dada estrutura social como resultado de um movimento autônomo de suas forças produtivas; ao contrário, procura uma força externa. Se dissermos que um evento histórico se deve a forças externas, permanece a questão, todavia, de como surgiram essas forças externas, e de onde vieram. Em última análise, essas forças que se manifestam externamente devem ter suas causas dentro da história. A dialética da história não pode seguir sem movimentos autônomos (as contradições da estrutura interna).⁴⁷

Assim, Takahashi faz questão de questionar, se levada em consideração a argumentação de Sweezy, como surgiram as forças externas que o norte-americano aponta como responsáveis pelo desmantelamento do feudalismo e pelo surgimento do capitalismo, criticando o fato de Sweezy não ter indicado a origem das forças que considera vitais nesse processo. Entre outros fatores, Kohachiro Takahashi⁴⁸ aponta que é impensável que a história

⁴⁵ MERRINGTON, J. A Cidade e o Campo na Transição para o Capitalismo. In: SWEEZY, Paul et al. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 175.

⁴⁶ Ibid., pág 178.

⁴⁷ TAKAHASHI, K. Uma Contribuição para o Debate. In: SWEEZY, Paul et al. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 78.

⁴⁸ TAKAHASHI, K. Uma Contribuição para o Debate. In: SWEEZY, Paul et al. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

se desenrole sem suas próprias contradições internas, o que alinha-se à teoria marxista, colocando em dúvida, novamente, o alinhamento teórico de Paul Sweezy no que se refere à sua posição acerca do papel do comércio na desagregação do feudalismo.

Como vimos acima, este debate sobre a transição, e mais, particularmente, sobre o papel dos fatores internos/externos, mobilizou marxistas de vários países e, portanto, tem desdobramentos além da década de 50, que serão comentados adiante.

5 PÓS-DEBATE E DESDOBRAMENTOS

Sabe-se que o debate que se deu no ano de 1954 teve reverberações que ultrapassaram os limites da década de 1950. Tamanha sua importância, foi comentado por diversos autores, marxistas ou não, após essa década, e gerou desdobramentos que prolongam-se até os dias de hoje. Reconheço que já existem inúmeras produções acerca do debate da transição de um modo geral. Entretanto, levando-se em consideração a importância do debate sobre este tema, faz-se necessário mencionar que durante toda a segunda metade do século XX e início do século XXI, é possível perceber discussões e publicações que revisitam essa temática com certa frequência, tanto por parte de autores marxistas quanto por parte de estudiosos adeptos de outras linhas de pensamento e preceitos teóricos, o que justifica que o façamos também. É importante levar em consideração a relevância das produções da geração de marxistas britânicos na contribuição de estudos sobre os modos de produção, porém também de outros intelectuais não necessariamente autodenominados marxistas, mas que reconhecem em Marx um forte embasamento para o debate.

Fazendo uma linha do tempo das discussões acerca da transição, 1954 é, de fato, o ano marcante que suscita discordâncias referentes a pontos específicos da transição. Certamente é possível afirmar que o debate de 1954 na revista marxista *Past and Present* é praticamente dominado por marxistas. As principais críticas por parte de Maurice Dobb e de outros autores marxistas à interpretação de Paul Sweezy do materialismo histórico é em função de sua abordagem acerca da transição defender que o desmantelamento do modo de produção feudal se deu, principalmente, por conta de dois fatores principais que são vistos pela maioria dos autores alinhados teoricamente ao materialismo histórico como externos. Para Sweezy, o aumento no fluxo de transações comerciais de longa distância e o surgimento das cidades. Assim, defendendo que esses dois fatores foram determinantes para a deterioração e o desmantelamento do modo de produção feudal, o autor coloca-se nesse debate dentro de um quadro teórico marxista, não sem sofrer críticas.

Apesar, então, de Paul Sweezy alinhar-se, segundo o próprio, ao marxismo, já nos anos de 1950, outros autores, entre eles Maurice Dobb, criticavam seu posicionamento em

função de Sweezy atribuir demasiada importância ao comércio de longa distância e ao surgimento de cidades não apenas como maiores fatores de maior peso, mas como cruciais e determinantes no desmantelamento do feudalismo. Sendo esses fatores considerados com unanimidade “externos” ao modo de produção pelos autores marxistas, sua abordagem é, até os dias de hoje, considerada estranha ao materialismo histórico, na medida em que entra em choque com a ideia marxista de que as transições de um modo de produção para o outro são impulsionadas por seus fatores e contradições internas, fato que coloca Paul Sweezy à margem desse tipo de interpretação na visão de outros autores participantes dos debates relacionados à transição. Mariutti⁴⁹ entende que, na concepção de Sweezy, somente o capitalismo seria dotado de contradições internas, de modo que o feudalismo e outros modos de produção anteriores ou possivelmente posteriores a ele - exceto o próprio capitalismo, necessitariam da influência de fatores externos para sua transformação. Para Dobb, a opinião de Sweezy que coloca o feudalismo como dotado de um “caráter imobilista”, cuja transformação necessitaria de agentes externos que impulsionassem a transição para outro modo de produção é “[...] uma exceção à lei geral marxista do desenvolvimento, segundo a qual a sociedade econômica se move por suas próprias contradições internas”⁵⁰, o que vai na direção oposta de uma visão marxista.

Posteriormente a este debate, porém, já na década de 1970, novas linhas de pensamento entrarão em cena, juntamente com o chamado *Debate Brenner*⁵¹, de 1976, que englobava Robert Brenner e também autores não marxistas, como M.M. Postan, Emmanuel Le Roy Ladurie e Guy Bois. No debate, Robert Brenner⁵² traz uma constatação nova ao tema por meio de um artigo na revista *Past and Present: a origem do capitalismo*, segundo sua obra de 1976, *Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*,

⁴⁹ MARIUTTI, E. B. **A transição do feudalismo ao capitalismo**: Um balanço do debate. 1999. Dissertação (Mestrado de Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999. p. 51.

⁵⁰ DOBB, M. Uma Réplica. In: SWEEZY, Paul et al. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 59.

⁵¹ O *Debate Brenner* é como ficou conhecido o debate historiográfico iniciado a partir da obra *Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre Industrial Europe*, de Robert Brenner, publicado no ano de 1976, no qual envolveu autores como M.M. Postan e Emmanuel Le Roy Ladurie, que iam além de uma interpretação marxista da transição.

⁵² BRENNER, R. **Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe**. *Past and Present*, No. 70, 1976, 30-75.

seria agrária. Durante 6 anos, de 1976 a 1982, portanto, o debate se deu por meio de uma série de artigos entre intelectuais que debateram entre si. Entre eles, Paul Sweezy, que defende que esta origem se deu por influência de um fator que é visto como externo ao modo de produção e não interno e intrínseco a ele, por meio de uma perspectiva que considero encaixar-se no chamado “Modelo Mercantil”. Além disso, é colocado em questão o próprio conceito de “feudalismo”, na medida em que Dobb⁵³ já havia defendido que este é definido pelas relações de classe do sistema e iguala o conceito de feudalismo ao modo como estão estabelecidas as relações de extração de excedente, ou seja, no caso feudal, a servidão, o que viria a complicar ainda mais o debate e levantaria questões acerca dos próprios métodos do materialismo histórico.

Tratando-se da famosa geração de marxistas britânicos, Perry Anderson se destaca como historiador que também fez suas considerações acerca da transição do feudalismo para o capitalismo, centrando sua explicação no papel político dos poderes centrais no modo de produção. Para Anderson⁵⁴, que considero estar de acordo com Dobb no sentido de que o Estado ainda seria feudal no início da Idade Moderna, a coerção político-jurídica feudal teria, na verdade, sido reposicionada na forma de centralização do Estado absolutista. No entendimento do autor, o deslocamento para cima dessa forma de coerção por parte dos senhores feudais teria sido materializado na forma de um Estado absolutista centralizado, que teria sido requisito crucial para o desenvolvimento do capitalismo.

O que Perry Anderson defende, em outras palavras, é que o modo como a coerção jurídico-política foi deslocada do senhor feudal para uma instância mais centralizada e burocratizada foi fundamental para a constituição do capitalismo como modo de produção, aliado à libertação de aspectos que permitiriam que o modo de produção capitalista entrasse em cena e se tornasse dominante. De acordo com essa concepção, entretanto, implica-se uma interpretação que coloca a transição do feudalismo para o capitalismo como uma questão decorrente da libertação de certos elementos que impulsionariam o processo. Ou seja, levando-se em conta esse viés defendido por Perry Anderson, pressupõe-se, a partir da

⁵³ SWEEZY, P. Uma crítica. In: SWEEZY, Paul et al. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 33.

⁵⁴ ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. p. 18.

interpretação de Wood⁵⁵, que a transição ao capitalismo estava dada historicamente e que os elementos fundamentais do feudalismo agiam como obstáculos a este processo, de forma que o capitalismo se desenvolveria no momento em que fossem retirados seus "grilhões" por meio do estabelecimento do Estado absolutista.

Em outras palavras, o que autores como Ellen Wood criticam no posicionamento de Perry Anderson é o fato de que o autor cai em uma argumentação que reforça o caráter teleológico do capitalismo, na medida em que situa fatores desse modo de produção de forma que pressupõe essa lógica como já existente na sociedade feudal, porém não sem levar em conta sua contribuição. Wood⁵⁶ critica Anderson também por outro motivo, pois para a autora, Anderson, assim como outros autores, acaba encaixando-se no modelo mercantil na medida em que afirma que essa transição se deu por fatores quantitativos com relação ao volume do comércio, de forma que a produção para o mercado teria simplesmente se tornado capitalista por conta de sua expansão. Em suma, Wood critica Anderson exatamente no ponto o qual Dobb e Sweezy entram em discórdia ainda nos anos 50: o comércio. Ellen Wood, ainda em suas considerações sobre o surgimento do capitalismo, defende que este ocorreu na Inglaterra, por conta ser o primeiro país a desenvolver relações específicas que culminariam no trabalho livre e na mão de obra assalariada, característica do modo de produção capitalista. Apesar de a autora não se auto-denominar marxista, é evidente que bebe de fontes as quais são clara fortemente influenciadas e encontram respaldo no materialismo histórico, como a maioria dos autores envolvidos no debate dos anos 50, defendendo o caráter agrário do surgimento do capitalismo.

O economista Eduardo Mariutti também levou adiante uma compilação bibliográfica publicada no ano de 1999 e é referência no Brasil nos estudos sobre o debate, com sua obra *Balanco do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo*⁵⁷, na qual retrata com clareza alguns aspectos relativos às opiniões divergentes dos autores, e também do contexto nos quais esses debates se deram. Mariutti entende que a tese de Sweezy é falha na medida em que a

⁵⁵ WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 47.

⁵⁶ WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 49.

⁵⁷ MARIUTTI, 2004 apud LAZAGNA, A. Resenha de Balanco do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n. 20. 2005. p. 182-185.

proposição deste último de um “sistema pré-capitalista produtor de mercadorias” não leva em consideração que uma mudança como a monetarização do pagamento de arrendamentos não é, por si só, um fator suficientemente forte para alterar a natureza e estrutura da relação de coação extra-econômica que se dava entre o servo e o senhor detentor da terra.

No entendimento de Mariutti⁵⁸, tal alteração não seria impactante o suficiente para alterar a relação-base do modo de produção feudal, nem mesmo estruturar um modo de produção novo e intermediário entre o feudal e o capitalista, como propõe Sweezy. Mariutti defende que para que um modo de produção como o capitalista possa se estabelecer, seria necessário que os elementos antagônicos que formam a base do capitalismo – nesse caso, o capital e o trabalho – agissem juntos, simultaneamente, de forma que gerassem essa contradição que é específica desse sistema. Em outras palavras, o comércio a que Sweezy atribui tanta importância no surgimento do modo de produção capitalista, na verdade, segundo o que Dobb acredita - e a que Mariutti alinha-se - mesmo com sua intensificação no período do final da Idade Média, não teria capacidade de originar um modo de produção por si só.

O que Dobb entende, e que Mariutti retomará e reafirmará no final da década de 1990, e que está de acordo com o que Marx propõe, é que somente a riqueza gerada por um aumento das transações mercantis não bastaria para que se desse essa transição, pois a base do capitalismo teria que ser constituída, obrigatoriamente, pela contradição entre capital e trabalho e, conseqüentemente, por uma mudança em um fator decisivo fundamental do modo de produção. O que Sweezy parece não ter percebido, no entanto, é que para que o sistema capitalista pudesse ser gestado, seria necessária uma relação capitalista, ou seja, uma relação na qual o trabalho pudesse proporcionar as condições de autoconservação e autovalorização do capital, o que só poderia acontecer a partir do momento em que a riqueza monetária passasse através do trabalho livre para transformar-se em capital.

Sem, portanto, o antagonismo-base do capitalismo e sem uma relação na qual o trabalho tivesse como objetivo a valorização e reprodução do capital, não seria possível a consolidação do sistema meramente em função de maiores núcleos urbanos e do crescimento no volume das transações comerciais no final da Idade Média. Basicamente, por mais que os elementos que Sweezy cita como decisivos, sejam, aos olhos de Dobb, e posteriormente de

⁵⁸ Ibid.

Mariutti, importantes, não são definidores de uma relação que poderia gestar o sistema capitalista, na medida em que não constituem seu principal antagonismo, pois esses elementos tratam-se muito mais de questões e alterações quantitativas do que qualitativas com relação ao comércio.

Em suma, este comentador faz um balanço dos debates historiográficos acerca do tema da transição, e demonstra que, apesar de muitas das questões abordadas por Dobb e Sweezy encontrarem um viés em comum, quando chega-se no ponto específico da influência do comércio na desagregação sistema feudal, ambos distanciam-se a ponto de dividir a discussão em dois sentidos completamente diferentes e opostos, que resultarão em várias discussões a partir da segunda metade do século XX. Para Eduardo Mariutti, haveria, tanto no debate de 1954, quanto no debate Brenner de 1976, uma espécie de sobreposição de problemas, por meio da qual tanto o objeto de estudo - nesse caso, a transição - quanto os próprios preceitos metodológicos do materialismo histórico teriam sido colocados em questão. O motivo disso, segundo o autor, é o fato de que Brenner haveria mencionado que existiriam duas interpretações⁵⁹ possíveis do marxismo, e que ambas entrariam em choque, gerando as conhecidas divergências entre Dobb e Sweezy e, conseqüentemente, a discussão.

Outro autor que merece ser nomeado, e que também teve contribuições recentes para a questão da transição é o antropólogo Eric Wolf⁶⁰, que por meio também de uma interpretação marxista, comentou, em sua obra *A Europa e os Povos sem História*, alguns conceitos do materialismo histórico, e posicionou-se acerca da questão da relação da riqueza mercantil com o capital. Para Wolf, a ideia de que a riqueza mercantil e o capital não apresentam diferenças qualitativas é falha:

Alguns estudiosos viram nesses mercadores medievais europeus os ancestrais diretos do capitalismo. Segundo essa visão, a mudança da riqueza mercantil para o capital é contínua, linear e quantitativa; assim, o desenvolvimento do capitalismo é encarado meramente como uma expansão de processos já em andamento no modo tributário. Esta é essencialmente a posição assumida por Weber, Wallerstein e Frank. Se, no entanto, a passagem da riqueza mercantil para o capital é vista como algo que acarreta não apenas um crescimento quantitativo mas uma grande alteração

⁵⁹ MARIUTTI, E. B. **A transição do feudalismo ao capitalismo**: Um balanço do debate. 1999. Dissertação (Mestrado de Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999. p. 133.

⁶⁰ WOLF, E. **A Europa e os Povos sem História**. São Paulo: EdUSP, 2009. p. 117

dos processos determinantes, então o capitalismo surge como um novo fenômeno quantitativo, um novo modo de mobilizar o labor social tendo em vista a transformação da natureza. Foi essa a posição assumida por Marx. Desse ponto de vista, a história do dinheiro que gera dinheiro era apenas a 'pré-história do capital'. A riqueza mercantil não funcionou como capital enquanto a produção foi dominada por relações tributárias ou ordenada pelo parentesco.⁶¹

Nesse sentido, Wolf⁶² alinha-se a Marx no que se refere à transformação da riqueza mercantil em capital como indo além apenas da expansão quantitativa. Eric Wolf critica esse viés que coloca o comércio na Idade Média como ancestral direto do capitalismo e que enxerga no aumento do volume das transações comerciais uma transformação capaz de alterar a relação de produção. É exatamente nesse quesito que Wolf demonstra criticar o tipo de explicação na qual Sweezy se baseia para explicar a transição, pois o antropólogo, que segue os preceitos teóricos do materialismo histórico, não acredita que uma mudança na escala da produção pudesse transformar a riqueza mercantil em capital. Assim, a visão de Wolf corrobora para a versão da transição vai no sentido contrário das afirmações de Paul Sweezy acerca do poder do aumento dos volumes comerciais na transição de um modo de produção para o outro.

⁶¹ WOLF, E. **A Europa e os Povos sem História**. São Paulo: EdUSP, 2009. p 117.

⁶² Ibid.

6 A QUESTÃO DA CHINA

Apesar de boa parte de as discussões com relação ao feudalismo terem como objeto central a Europa Ocidental, é importante salientar que, nas últimas décadas, tem ocorrido uma retomada na discussão da industrialização, e, indiretamente, do debate marxista da transição e do avanço econômico chinês no período moderno, que, segundo os autores, estaria num nível muito semelhante aos países europeus considerados como mais desenvolvidos, a exemplo da Inglaterra. A questão do desenvolvimento da China tem uma reviravolta nos anos 1940, com Needham, que já foi mencionado anteriormente como pertencente ao contexto do pré-debate, porém conta com desdobramentos até a atualidade. O estudo de Needham, segundo o que Patrícia Fara descreve em sua obra *Uma Breve História da Ciência*⁶³, revolucionou o modo como os estudiosos retratavam as regiões além da Europa, pois o autor trouxe uma nova visão acerca do desenvolvimento chinês que coloca em dúvida a superioridade europeia.

Assim, de acordo com Fara, o que influencia nas diferenças que se desenham na Idade Moderna entre a China e a Europa Ocidental é a forma de organização política anterior. Enquanto na Europa o comércio começava a se expandir, nessa região do oriente o Estado era mediador direto de um sistema feudal que não incentivava a inovação, nem mesmo a abertura econômica por meio do lucro individual, o que teria feito com que a China perdesse espaço para as economias europeias justamente no momento em que ocorre a transição para o capitalismo na Europa.

Na Europa, a ciência europeia se desenvolveu nos séculos 14 e 15, quando o feudalismo aristocrático e militar evoluiu para o capitalismo. Diferentemente, a China continuou presa a uma economia feudal governada por um Estado burocrático centralizado, voltado para a produção e não para a defesa. [...] Na ausência da iniciativa privada, essa estável sociedade feudal nunca avançou para o capitalismo mercantil.⁶⁴

Os estudos de Needham deixam evidente que, ao contrário do que se pensou por muito tempo, a China na verdade havia sido responsável por grande parte do desenvolvimento e de

⁶³ FARA, P. **Uma Breve História da Ciência**. Editora Fundamento, 2014.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 67.

inovações que chegaram à Europa, colocando em dúvida a ideia de uma suposta superioridade europeia e colocando em xeque o eurocentrismo que até então costumava dominar as produções historiográficas no que tange a outras regiões que não a Europa, seja no assunto da transição ou não. Entretanto, é importante apontar uma opinião divergente da de Needham: Eric Monnet, autor envolvido com a *World History*⁶⁵, na obra *Por uma história-mundo*⁶⁶, de 2015, cita Pomeranz como um autor que não vê a economia chinesa tão fechada quanto ela tende a ser retratada, e vai além:

Pomeranz toma, portanto, a precaução de estabelecer comparações institucionais finas, a fim de mostrar que o mercado chinês não era menos livre, que os direitos de propriedade não eram menos definidos, e que, em relação à Europa, a China tendia mesmo a se aproximar mais de uma economia de tipo 'smithiano' de que de uma forma de capitalismo como o definido por Braudel.⁶⁷

O que Monnet quer dizer, portanto, é que Pomeranz indica que apesar de existirem diferenças entre as economias da Europa ocidental e da China, a economia chinesa não apenas não era tão fechada quanto historiadores tendiam a acreditar, como ambas poderiam ser consideradas equivalentes, o que de certa forma contrasta com a tese de Needham, sem que, necessariamente suas análises devam ser consideradas menos importantes ou inválidas. É inegável que, de qualquer forma, Needham contribuiu para o estudos que vão no sentido de criticar o eurocentrismo na historiografia, e teve grande impacto por conta de suas considerações acerca da China feudal.

Ainda no contexto de crítica ao eurocentrismo, a questão da China foi retomada por Jack Goody⁶⁸, que retoma a versão de que, na verdade, ao contrário do que o senso comum prega e do que se acreditava até pouco tempo atrás, o oriente, durante a Idade Média e o início da Idade Moderna, encontrava-se em situação de altíssimo desenvolvimento econômico, cultural e técnico, fato que, por muito tempo, foi ignorado por historiadores que insistiam em manter uma visão eurocêntrica com relação a estes processos. No momento em que a visão é

⁶⁵ Refiro-me à *World History* como uma tendência historiográfica que prioriza análises por meio de uma visão global.

⁶⁶ MONNET, E. A Inglaterra, a China e a Revolução Industrial. In: BOUCHERON, P.; DELALANDE, N. **Por uma história-mundo**. São Paulo: Autêntica, 2015.

⁶⁷ Ibid., p 41.

⁶⁸ GOODY, J. **O Roubo da História**. Editora Contexto, 2008.

descentralizada da Europa ocidental, porém, percebe-se que novas constatações acerca da China feudal vão surgindo, na medida em que os historiadores vão em busca de respostas e desfazem-se do olhar europeu da Idade Média e Idade Moderna para analisar outras partes do mundo. É importante salientar, dessa forma, que os estudos com relação à China feudal foram fundamentais para redefinir alguns paradigmas que por boa parte do século XX eram dominantes por conta de privilegiarem uma visão europeia. Por trás destes debates está sempre em questão a hegemonia capitalista, cujas causas se busca explicar por meio de aspectos relacionados ao surgimento do capitalismo, que se deu por meio de uma transição de um modo de produção para o outro. É justamente essa transição que é alvo desse intenso debate historiográfico, e que explica fatores relacionados à hegemonia capitalista nos dias de hoje.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos inúmeros estudos que resultaram nesta compilação bibliográfica, é possível afirmar que grande parte dos autores analisados indicam, em suas obras, alinhamento teórico com o marxismo, de forma que suas visões, de modo geral, corroboram para uma versão acerca da transição que foi defendida, principalmente, por Maurice Dobb no debate dos anos 1950. Tanto os envolvidos nos debates na revista *Past and Present* ainda na década de 50, quanto os autores envolvidos em debates posteriores, como o *Debate Brenner*, principalmente os que se consideram marxistas, foram praticamente unânimes no sentido de afirmar que o aumento da riqueza mercantil e a ascensão dos centros urbanos no final da Idade Média não são fatores desestabilizantes do feudalismo, nem mesmo suficientes para gerar o capitalismo.

Não há dúvida de que, se analisados à luz do marxismo, a maioria dos argumentos dos autores indicam que é muito mais provável que a transição tenha se dado em função de elementos internos já constituintes do próprio feudalismo do que por motivos externos que possam ter vindo a influenciá-lo. O protagonista do debate de 1950, Maurice Dobb, em momento algum nega a importância do aumento no volume das transações comerciais e da ascensão dos centros urbanos e seus impactos na aceleração de fatores decisivos para a desestruturação do modo de produção feudal, entre eles o aumento na diferenciação social. Para Dobb, e para a grande maioria dos autores marxistas, o comércio teve sim, grande influência no processo.

O que os marxistas negam, em geral, é a possibilidade de esses elementos, por si só, terem tido força o suficiente para alterar as relações de produção feudais e transformá-las em capitalistas. Se, de acordo com a teoria marxista, para que a riqueza mercantil se transforme em capital, é necessário uma transformação qualitativa, certamente a teoria de Sweezy, de que fatores externos seriam os elementos-chave responsáveis pela transição, não faz sentido se analisada pelo viés do materialismo histórico, na medida em que pressupõe apenas uma mudança quantitativa da riqueza mercantil como fator suficiente para realizar essa transição.

Assim, é possível tirar duas conclusões principais as quais já se suspeitava ao início deste trabalho: em primeiro lugar, os historiadores, foram unânimes na aceitação da tese

defendida por Dobb no debate. Obviamente, as versões foram sendo aprimoradas ao longo dos anos, como se demonstrou no decorrer deste trabalho, porém é possível afirmar que, no que tange ao ponto de influência de fatores que pela maioria dos marxistas são tidos como externos no desmantelamento do feudalismo e no surgimento do capitalismo, a grande maioria dos autores segue a linha de Dobb, que melhor responde aos preceitos teórico-metodológicos do marxismo. Em segundo lugar, como foi demonstrado, a transição do feudalismo para o capitalismo ainda é objeto de debate.

Dessa forma, conclui-se com esta pesquisa que, em função do grande número de obras e estudos que foram realizados nos últimos anos, como a obra de Patrícia Fara, que demonstra a importância de situar a origem do capitalismo para a história da ciência, e a tese de Eduardo Mariutti, é evidente que ainda nos dias de hoje existe interesse de autores e perguntas sem respostas no que tange a fatores realmente específicos do assunto, o que mantém a temática em constante disputa e justifica, de fato, o estudo acerca do tema. Por meio da presente pesquisa, não restam dúvidas que o pontapé inicial que o debate de 1954 deu no assunto tem sua força até os dias de hoje, ultrapassando as fronteiras da Europa ocidental e servindo como base de estudos para que possamos melhor compreender o modo como se organiza o mundo atualmente e a forma como o capitalismo rege a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDÉ, G; MARTIN, H. **As Escolas Históricas**. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1990.
- BRENNER, R. **Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe**. Past and Present, No. 70, 1976, 30-75.
- DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- FARA, P. **Uma Breve História da Ciência**. Editora Fundamento, 2014.
- GOODY, J. **O Roubo da História**. Editora Contexto, 2008.
- KATZ, C. J. **Karl Marx on the transition from feudalism to capitalism**. Theory and Society. No 22: Chicago, 1993.
Disponível em: <https://libcom.org/files/feudalism%20to%20capitalism.pdf>
- LAZAGNA, A. Resenha de Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n. 20. 2005. p. 182-185.
- MARIUTTI, E. B. **A transição do feudalismo ao capitalismo**: Um balanço do debate. 1999. Dissertação (Mestrado de Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999.
- MARX, K. **Prefácio à Crítica da economia política**. In. MARX, K. ENGELS F. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARX, K. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 2.

MONNET, E. A Inglaterra, a China e a Revolução Industrial. In: BOUCHERON, P.; DELALANDE, N. **Por Uma História Mundo**. São Paulo: Autêntica, 2015.

NÓVOA, J. **Marx, Weber, Hobsbawm e a Reconstrução do Paradigma da História**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m5c3.pdf>

PAIVA, C.A. **Marx, Dobb, Sweezy e Hobsbawm, e a polêmica acerca da transição do feudalismo para o capitalismo**. Disponível em:

<https://www.scribd.com/document/106811082/Marx-Dobb-Sweezy-e-Hobsbawm-e-a-polemica-acerca-da-transicao-do-feudalismo-para-o-capitalismo-pdf>

PROCACCI, G. Uma Sinopse do Debate. In: SWEEZY, P. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

SANTIAGO, T. (org.). **Do feudalismo ao capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1988.

SWEEZY, Paul et al. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TAKAHASHI, K. Uma Contribuição para o Debate. In: SWEEZY, P. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WOLF, E. **A Europa e os Povos sem História**. São Paulo: EdUSP, 2009.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.